

## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2025**

O MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE - RS, torna pública a abertura da Dispensa de Licitação nº 013/2025, de acordo com o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 objetivando a Contratação de empresa especializada para ministrar aulas de Karatê para os alunos da educação básica municipal afim de atender crianças e adolescentes, de todas as escolas do município, com carga horária de 08 horas semanais, de acordo com o Termo de Referência, disponível no site oficial: <a href="https://caciquedoble.rs.gov.br">https://caciquedoble.rs.gov.br</a>.

Interessados podem apresentar propostas até às 17h do dia 18 de março de 2025, através do e-mail <u>adm@caciquedoble.rs.gov.br</u> ou entregar em mãos no setor de Licitações do Município.

Mais informações: fone (54) 3552 - 1244, e-

mail: adm@caciquedoble.rs.gov.br

Cacique Doble/RS, 13 de março de 2025.

Marcio Caprini
Prefeito Municipal



#### **DISPENSA 013/2025**

#### TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para ministrar aulas de Karatê para as escolas municipais afim de atender crianças e adolescentes, com carga horária de 08 horas semanais. Conforme descrição e quantidades abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para ministrar aulas de Karatê para os alunos da educação básica municipal afim de atender crianças e adolescentes de todas as escolas do município, com carga horária de 08 horas semanais.	12 meses	3.200,00	38.400,00

# 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação que ora se pretende realizar está integralmente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar ETP em anexo, o qual detalhou os requisitos necessários e outros elementos pertinentes ao objeto, fazendo-se integral referência ao mesmo.
- 2.2. Após análises e estudos dos serviços presentes no mercado nacional, elaborouse as especificações técnicas apresentadas acima, considerando as necessidades da Secretaria.

# 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com critério de



julgamento por menor preço global.

3.2. Para o fornecimento o município estará aberto ao recebimento de propostas.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O objeto a ser contratado **exige** o atendimento aos seguintes requisitos:
- 4.1.1. O contratado deverá ministrar aulas de karatê nas escolas municipais, conforme acronograma que será elaborado pela secretaria;
- 4.1.2 O contratante deverá dar início às aulas em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato:
- 4.1.4. O contratante deverá possuir o compromisso de se deslocar até as escolas do município semanalmente, a fim de ministrar as aulas;
- 4.1.4. O contratante deverá ter dias fixos, nos quais realizará as aulas;
- 4.1.5. O contratante deverá ter, em seu método de trabalho, o fortalecimento físico e mental dos integrantes dos grupos, transmitindo bons valores.

#### 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão do contrato será feita pelo servidor Suzana Mezzalira e a fiscalização do objeto por Daiane Tonieto Zuanazzi

#### 6. CRITÉRIOS DE ENTREGA E DE PAGAMENTO

- 6.1. A entrega dos serviços deverá se dar de forma gradativa, a iniciar em até 05 dias da assinatura do contrato.
- 6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do processo de dispensa e do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 6.4. O pagamento deverá ser efetuado, até o quinto dia útil do mês subsequente da prestação do serviço mediante apresentação de nota fiscal.

- 6.5. O pagamento somente será efetuado após envio do relatório e autorização do mesmo pelo fiscal do contrato.
- 6.6. No período das férias escolares o pagamento será suspenso;

# 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

7.1. Será adquirido do fornecedor que conseguir entregar os serviços conforme descrição pelo menor preço, desde que detenha os seguintes documentos de habilitação:

#### Habilitação Jurídica:

- a.1) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- a.2) Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- a.3) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- a.4) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- a.5) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- a.6) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971.
- a.7) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

## b) Regularidade Fiscal:

- b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b.2) Cédula de identidade do(s) diretor(es)ou proprietário(s);
- b.3) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita federal do Brasil:
- b.4) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- b.5) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante; e,
- b.6) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

#### c) Regularidade Trabalhista:

c.1) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1° de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), em seu prazo de validade.

#### d) Qualificação Econômico-Financeira:

d.1) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

#### e) Qualificação Técnica:

- e.1) A licitante deverá possuir em seu quadro de pessoal, para a prestação dos serviços, necessariamente, uma equipe técnica composta de, no mínimo, um profissional que seja faixa preta, 2º DAN, pela Federação Gaúcha de Karatê e que tenha formação em pedagogia ou esteja cursando.
- e.2) A licitante deve comprovar no momento da participação no processo de dispensa que possui profissional capacitado e apresentar a documentação comprovando a qualificação profissional através de certificados e/ou diplomas que atestem a capacitação.



O serviço deverá ser prestado pelo profissional que detém as qualificações técnicas.

#### f) Demais Documentos:

- e.1.) Declaração Conjunta, assinada pelo proprietário ou representante legal, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública; que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021; que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista; que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração; e, que se vencedora do processo licitatório, possui disponibilidade para realizar a entrega dos produtos no prazo previsto).
- 7.2. A documentação supracitada deverá ser enviada juntamente com a proposta até o dia 18/03/2025 para o email <u>adm@caciquedoble.rs.gov.br</u> ou entregue pessoalmente no Setor de Licitações do Município.
- 7.3. Caso não haja envio da proposta, poderá ser considerado o orçamento de menor valor enviado, desde que a empresa envie os documentos de habilitação dispostas acima comprovando sua aptidão para contratar com a administração pública.

# 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor máximo total aceito é de R\$38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) (sendo que os valores unitários estão descritos no item 01 deste termo).

# 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Fornecer os serviços dentro das especificações acordadas;
- 9.2. Preparar aulas criativas e interativas;
- 9.3. Cumprir carga horária, mantendo frequência e pontualidade;
- 9.4. Garantir que as atividades sejam realizadas de forma segura;
- 9.5. Seguir as normas e regulamentos da Secretaria;
- 9.6. Promover um ambiente inclusivo;



9.7. Manter-se atualizado nas melhores práticas do ensino do karatê e em questões de segurança, saúde e educação.

#### 10. DAS SANÇÕES ADMINSITRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste para a contrataçãodireta. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens

anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.11;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, decorrente da seguinte dotação:

07- Secretaria de Educação 02- Ensino Infantil e Fundamental 2029- Manutenção do Ensino Infantil e Fundamental 339039- Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica Red - 200

Conforme a demanda apresentada pelas secretarias as dotações deverão ser retiradas, considerando elas alternarem pelos locais escolhidos.

Cacique Doble-RS, 13 de março de 2025.

Marcio Caprini
Prefeito Municipal